



REFLECTINDO

SOBRE

A

POBREZA

**REFLECTINDO
SOBRE
A
POBREZA**

Este documento foi elaborado pelo Grupo de Reflexão Interdiocesana (GRI) assessor da Comissão Nacional de Justiça e Paz:

Coordenadora: Ir. Pilar de la Puerta

Arquidiocese de Maputo: Thomas Selemane

Arquidiocese de Beira: P. Fidel Salazar

Diocese de Tete: P. Elton Laissone

Arquidiocese de Nampula: Tipito Assane

Diocese de Pemba: Albino Macuacua

Com o apoio de  **MISEREOR** Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V.

ÍNDICE

ÍNDICE.....	i
Abreviaturas e acrónimos	ii
INTRODUÇÃO: por quê esta reflexão e a quem se destina?	1
I. QUANDO FALAMOS DE POBREZA, DO QUE ESTAMOS A FALAR?	2
II. POBREZA E DESENVOLVIMENTO	3
III. POBREZA E ECONOMIA	4
1. POBREZA EM ECONOMIA.....	4
2. POBREZA ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE	5
IV. POBREZA E POLÍTICA.....	7
1. POBREZA EM POLÍTICA	7
2. POBREZA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE	9
V. POBREZA E SOCIEDADE	10
1. POBREZA SOCIAL.....	10
2. POBREZA SOCIAL EM MOÇAMBIQUE	11
VI. POBREZA E MEIO AMBIENTE	12
1. POBREZA AMBIENTAL: A CRISE DA NOSSA CASA.....	12
2. POBREZA AMBIENTAL EM MOÇAMBIQUE	13
VII. JESUS E OS POBRES.....	15
1. E PORQUE JESUS DIZ “FELIZES OS POBRES”?	15
2. A OPÇÃO PELOS POBRES	19
3. POBREZA ESPIRITUAL	21
PARA REFLECTIR E PLANIFICAR UM TRABALHO PASTORAL	23
NOTAS	25
BIBLIOGRAFIA	26

Abreviaturas e acrónimos

CDSI	Compêndio da Doutrina Social da Igreja
CEJPM	Comissão Episcopal de Justiça e Paz de Moçambique
CEM	Conferência Episcopal de Moçambique
GRI	Grupo de Reflexão Interdiocesana
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
MICOA	Ministério de Coordenação de Acção ambiental
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PARPA	Programa para a erradicação da Pobreza Absoluta
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

INTRODUÇÃO: por quê esta reflexão e a quem se destina?

Esta reflexão foi preparada pela Comissão Episcopal de Justiça e Paz de Moçambique (CEJPM) através do seu grupo de assessores – Grupo de Reflexão Interdiocesana, GRI, composto por: Ir Pilar de la Puerta, padres Elton Laissonne e Fidel Salazar, jurista Tipito Assane, desenvolvimentista Albino Macuácuca e economista Thomas Selemane.

A reflexão surge da necessidade do aprofundamento pastoral da temática da pobreza que aflige tanto a Igreja como a sociedade no geral. A CEJPM sente falta de abordagens mais profundas, mais holísticas e mais abrangentes do tema da pobreza tanto a nível da pastoral como a nível da conduta dos cristãos católicos. Nenhuma das abordagens feitas sobre a pobreza tem conseguido tocar na raiz do problema. Por isso esta reflexão pretende ser uma resposta a essa lacuna.

Tratando-se de um tema multidimensional, a pobreza não tem uma definição única mas sim várias conforme as diferentes perspectivas de pensamento. Por essa razão, nesta reflexão apresentam-se diferentes conceptualizações do termo pobreza como forma de abranger o máximo de abordagens: espiritual, económica, social, política e ambiental.

Assim, argumenta-se neste documento que a causa das causas da pobreza é o défice espiritual, ou seja, a pobreza espiritual é a causa primária de todas as outras dimensões de pobreza: económica, social, política e ambiental. Por isso, a pobreza espiritual é apresentada como corolário dos outros tipos da pobreza.

A reflexão está organizada em sete secções onde se abordam as diferentes acepções da pobreza, fazendo sempre alusão à forma como a pobreza é entendida em diferentes disciplinas e também a mesma se manifesta na realidade moçambicana. No final, propõem-se perguntas de reflexão e pistas para o trabalho pastoral.

I. QUANDO FALAMOS DE POBREZA, DO QUE ESTAMOS A FALAR?

Abordar a pobreza na actualidade implica ter um olhar multidimensional. Tanto os demógrafos quanto os economistas e académicos em geral entendem que a sociedade actual caracteriza-se por uma distribuição espacial de injustiças sócio-ambientais e económico-culturais.

O termo “pobreza” tem sentidos diversos. No geral, no nosso meio, quando falamos de uma pessoa pobre pensamos em alguém carenciado de dinheiro ou de meios de subsistência. Mas, na verdade, existem pessoas com dinheiro que, no entanto, passam por situações difíceis, seja pessoal, familiar ou socialmente. Essas também devem ser consideradas “pobres”. Podemos, somente pensar nessa multidão de pessoas, homens, mulheres e crianças obrigados a fugir da sua terra por causa da guerra, mesmo se aqueles que fogem são aqueles que têm dinheiro para viajar ou para poder instalar-se no local de destino. Por outra parte, do que serve pessoas terem dinheiro se não se têm direito e liberdade de pensar ou falar?

Assim, num sentido geral, a pobreza tem mais a ver com o bem-estar geral e integral da pessoa do que com o ter ou não bens materiais. Neste sentido a pobreza é a falta de condições de uma vida que responda à dignidade humana. Assim, pobreza significa, essencialmente, carência. Essas condições que faltam podem ser sociais, económicas, políticas, psicológicas, morais e sobretudo espirituais que não possibilitam ao ser humano um desenvolvimento integral e

integrado. As pessoas assim incapacitadas ficam dependentes e a mercê dos outros, podendo ser manipuladas, mercantilizadas, excluídas, marginalizadas, discriminadas ou mesmo exterminadas. Este sentimento de serem injustiçados conduz à uma falta de auto-estima que se manifesta em violência e desestruturação do tecido social, tanto na família como na sociedade. Estamos a falar, neste caso, de uma pobreza que desumaniza.

Nesta ordem de ideias o contrário à pobreza é o Bem Comum: o conjunto de condições da vida social que permitem, tanto aos grupos, como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição ou desenvolvimento integral, integrado e pleno.

Temos a tendência de pensar que as causas da pobreza são exógenas, é dizer, vêm unicamente de fora sendo os grupos vulneráveis unicamente vítimas dum sistema económico ou político e portanto, é de fora que espera-se a solução. Vamos tentar aprofundar nas diferentes acepções da pobreza com as causas e consequências da mesma. Desejamos, também, dar um olhar profundo ao que significa sermos “pobres e humildes de coração”, como o nosso Senhor Jesus Cristo; uma pobreza que dignifica e manifesta a liberdade dos filhos de Deus.

II. POBREZA E DESENVOLVIMENTO

Não se pode abordar o tema da pobreza sem falar de desenvolvimento. Porque pobreza e desenvolvimento são um binómio, como duas faces duma mesma moeda. De uma forma genérica pode-se considerar a pobreza como o oposto do desenvolvimento. Mas é importante que situemos, também, o que entendemos por desenvolvimento. Muitos modelos de desenvolvimento que visavam a erradicação ou redução da pobreza não alcançaram os resultados desejados.

O desenvolvimento é mais do que ter infra-estruturas ou dinheiro. Ele significa a mudança das pessoas de uma situação considerada indesejável, para uma melhor considerada de um melhor “bem-estar”. Esta questão do “bem-estar” tem suscitado, também, muitos debates. Então, o que é “bem-estar”? Para cada pessoa, o bem-estar pode ser diferente.

Riqueza material e dinheiro são distintos pois não são equiparáveis. Assim, o desenvolvimento das sociedades consiste em muito mais do que conseguir dinheiro ou infra-estruturas.

Pode afirmar-se que apenas sociedades com pessoas justas podem desenvolver-se pois que o desenvolvimento humano implica a justiça social. Uma pessoa que não tem liberdade está limitada ou privada de desenvolver as suas capacidades de desenvolvimento pessoal para alcançar os ideais de vida que ele considera válidos e, por isso mesmo, nenhuma nação pode desenvolver, se a questão da justiça for ignorada.

A situação de não provisão do sustento vital (necessidades básicas) como água potável, habitação condigna, acesso a cuidados sanitários, educação e alimentação é uma injustiça porque é condição de sobrevivência à qual todos os seres humanos têm direito.

III. POBREZA E ECONOMIA

1. POBREZA EM ECONOMIA

O termo *economia* vem do grego *οικονομία* (de *οἶκος*, 'casa' + *νόμος*, 'costume ou lei'. Economia, literalmente significa: "regras da casa" ou "administração doméstica"¹. Assim, a economia é a ciência que estuda os processos de produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais². Ou seja, como a humanidade gere e administra os bens materiais recebidos da criação.

A Igreja não se cansa de lembrar que Deus deu a terra e os bens da criação a todo o gênero humano, para que ela sustente todos os seus membros sem excluir nem privilegiar ninguém³. Os bens da criação estão aí para que toda pessoa tenha a possibilidade de usufruir do bem-estar necessário para o seu pleno desenvolvimento.

Em economia, a pobreza é a falta de condições para produzir, acumular, distribuir e/ou consumir os bens materiais. Essa falta de condições pode ter à origem: 1º) A falta dos meios de produção, 2º) As relações desiguais entre o produtor e o comprador do produto que conduz a um cúmulo do dinheiro (símbolo do valor da produção) nas mãos do comprador e não do produtor, 3º) A desigualdade na distribuição dos bens, e 4º) Consequência de tudo isto, a falta de poder aquisitivo para poder consumir o necessário.

Estas são as causas exógenas da pobreza, mas também devemos reconhecer que uma mentalidade de só querer receber, sem cultura de trabalho, não produz, mesmo com as condições à mão. Gerir e administrar os bens pressupõe pensar, planificar, inverter, sopesar e decidir.

É preciso cultivar uma visão da economia inspirada em valores morais que permitam não perder de vista nem a origem, nem a finalidade de tais bens, de modo a realizar um mundo equitativo e solidário. É importante saber que, mesmo se a Igreja reconhece o direito à propriedade privada, ela está subordinada à destinação universal dos bens e sempre possui uma função social⁴.

2. POBREZA ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE

O Património que Moçambique recebeu de Deus é enorme e cada dia que passa vão-se descobrindo novas riquezas que Deus nos outorgou:

milhares de hectares de terra fértil, mares e rios, madeira, frutas, pedras preciosas, gás e petróleo, etc. Deus deu esse património para que todo Moçambique possa viver em dignidade. Porém, os dados dos economistas indicam que, hoje, com uma população rural de 77% tem uma pobreza de 54,7%⁵. Historicamente tem-se buscado diferentes respostas ao porquê da pobreza no País. Procuravam-se causas exógenas: o colonialismo. Após a guerra da independência começou a guerra civil que destruiu muitas das infraestruturas, não se podiam cultivar as machamba e colocou-se a causa da pobreza na guerra. Uma vez finalizada a guerra e com apoio estrangeiro, havia esperanças de ultrapassar a pobreza. Elaboraram-se grandes programas para erradicar a pobreza (PARPA I, PARPA II, PARP, etc.). Houve e entrou muito dinheiro no País para financiar esses programas. De facto, o produto interno bruto (PIB) do país cresceu enormemente, mas não assim o bem-estar das populações. Agora, após todos os programas terem fracassado e na ausência de conflitos militares, coloca-se a causa da pobreza nos próprios pobres, ou seja, os pobres têm sido, falsa e injustamente, apontados como culpados da sua própria pobreza. O discurso falso e injusto da corrente de opinião que indica os pobres como sendo culpados da sua própria pobreza diz que os pobres são pobres porque são preguiçosos, ou porque não possuem cultura de trabalho, ou porque têm medo de serem ricos, ou porque têm falta de espírito empreendedor, entre outras alegações infundadas.

As riquezas de Moçambique trocam-se por dinheiro. “Hoje, em Moçambique, tudo é transformado em objecto de compra e venda, os serviços, o trabalho, a terra, o corpo humano, os órgãos, o sangue, as pessoas, as crianças, as mulheres, o tempo, a educação, as notas, os votos, os próprios eleitores, a consciência dos cidadãos até as religiões entram no circuito de compra e venda”⁶. De facto, o que tem crescido no País neste últimos anos é a desigualdade social, isto é, a distribuição dos bens universais não é equitativa.

Há uma camada social que tem-se aproveitado da produção do País e/ou da ajuda que outros países deram a Moçambique para eliminar a pobreza. Encontramos uma distância enorme entre o salário médio de um camponês e o mesmo de um político; entre os benefícios que recebe um camponês pelo seu trabalho e o que recebe um dirigente político.⁷

Há quem acredita que por ter libertado Moçambique do poder do colono, tem direito a se endinherar e apropriar das terras e tantos outros recursos públicos quanto ele desejar. Tem-se criado uma classe social e política em Moçambique que goza de direitos e privilégios acima do resto da sociedade e que acha que pode agir impunemente como bem quiser. O assunto das dívidas ocultas que estamos pagando todos os moçambicanos, sobretudo, os mais vulneráveis, é um exemplo de isto.

IV. POBREZA E POLÍTICA

1. POBREZA EM POLÍTICA

O termo *Política* vem do Grego πολιτικός e significa "de, para, ou relacionado a grupos que integram a Pólis". A polis (πόλις) era o modelo das antigas cidades gregas⁸. Devido às suas características, o termo pode ser usado como sinónimo de cidade-Estado. Essa comunidade organizada é formada pelos cidadãos que possuem direitos e deveres para com a comunidade política à qual pertencem. Assim, denomina-se política a arte ou ciência da organização, direcção e administração de nações ou Estados.

Todos somos cidadãos e fazemos parte de uma comunidade política; é dizer, uma comunidade humana, organizada. Em sentido tradicional, cidadão é aquele que não é súbdito, vassalo, aquele que é dono da sua vida e pode decidir sobre ela; aquele que é o seu próprio senhor. Em Moçambique poderíamos dizer que cidadão é aquele que não é

hóspede, é ‘dono’. E porque vivemos com outros, a ideia de ser cidadão significa que se é cidadão com os outros que são iguais, com os mesmos direitos e deveres, regidos pela mesma lei. Certamente na cidade todos devem ser iguais. Assim, o cidadão não o é sozinho mas com outros e juntos constroem a “cidade”.

A política é a ciência e a arte de administrar esta cidadania em comum de tal maneira que a dignidade de todo cidadão seja reconhecida, respeitada, promovida e protegida. É este o único sentido da autoridade política: buscar o Bem comum. Trata-se de procurar que todos tenham as condições da vida social que lhes permitam atingir mais plena e facilmente a própria perfeição ou desenvolvimento integral, integrado e pleno.

A Igreja não se cansa de lembrar a todos que a participação na questão pública é um dever a ser conscientemente exercitado por todos, de modo responsável e em vista do bem comum. É necessária uma forte tensão moral para que a gestão da vida pública seja fruto da corresponsabilidade de cada um em relação ao bem comum. Sem a participação na vida comunitária não pode se assegurar a democracia. Toda democracia deve ser participativa. Isto implica que os membros da comunidade civil sejam informados, ouvidos e envolvidos no exercício das funções que ela desempenha⁹.

Quando falamos de pobreza no âmbito político referimo-nos à falta ou negação das condições necessárias para exercer a cidadania. Não é reconhecida a dignidade das pessoas nem os direitos que dela se derivam. Desse facto, manipulam-se os cidadãos e utilizam-se para o próprio benefício. Podem até excluí-los dos benefícios do País. Estabelecem-se, assim, dois tipos de cidadãos. Uns têm mais direitos e quase nenhum dever enquanto os outros somente têm deveres e quase nenhum direito.

2. POBREZA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

A República de Moçambique constitui um Estado de Direito democrático, conforme está estatuído no artigo 3º da nossa Constituição que consagra que “A República de Moçambique é um Estado Direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos fundamentais do homem”¹⁰. Apesar de termos a sorte de estar num País que respeita os direitos fundamentais, a grande pobreza é que muitos cidadãos desconhecem os seus direitos fundamentais constitucionalmente consagrados devido a vários factores. De entre eles, o maior índice de analfabetismo, fraca cidadania, a impunidade e a falta de divulgação dos instrumentos normativos e outros. Sabendo-se que o povo deve ter o acesso ao conhecimento assim como saber garantir os seus direitos quando estes forem violados.

A outra vertente da pobreza jurídica cinge-se no Poder Judiciário, no que concerne à (in)eficácia das normas vigentes que se relaciona com a aplicabilidade das normas. Portanto, refere-se à falta de tomada de medidas por parte de instituições de direito em relação as grandes questões nacionais como por exemplo a situação de dívidas ocultas, sequestros, raptos, violações de direitos fundamentais e direitos humanos. Concretamente percebe-se a falta de liberdade de expressão e opinião. Resulta claro que são situações que empobrecem nosso sistema judiciário como também compromete os princípios básicos de um Estado de Direito. Mas é também uma pobreza que o cidadão não seja reconhecido como tal e não receba a devida atenção pelos dos seus servidores: os dirigentes políticos e administrativos que deviam ser servidores públicos, mas na realidade servem-se do público para benefício próprio.

As causas deste tipo de pobreza podem, simplesmente, ter um nome que englobe tudo: corrupção, amor ao dinheiro e apego ao poder. Por

causa disso, aqueles que receberam dos cidadãos a delegação do exercício do poder em vistas do bem comum, se erigem em donos e tratam os seus congéneres como hóspedes e/ou servos na própria casa. Aproveita-se do analfabetismo político dos cidadãos para instrumentalizá-los e, ao invés de servi-los como o seu patrão, servem-se deles para aumentar o poder, e a ganância fraudulenta. A política, que é uma sublime vocação porque busca o bem comum, tem-se transformado num emprego e numa maneira de se endinherar fácil e rapidamente perdendo a origem da sua função.

V. POBREZA E SOCIEDADE

1. POBREZA SOCIAL

Falamos de pobreza social para referir-nos às dificuldades de inclusão no grupo social, na comunidade humana. Chamam-se pessoas ou grupos vulneráveis. São aquelas pessoas que, por alguma circunstância particular, facilmente podem ser excluídas da comunidade e ignoradas nos seus direitos: pessoas com necessidades particulares, crianças, idosos, em algumas culturas as mulheres, doentes. A dimensão social implica análise dos aspectos de saúde, educação, habitação, alimentação, transporte e comunicações, renda *per cápita* que alimenta o produto interno bruto PIB

Assim, falamos de exclusão social quando pessoas ou grupos sociais não têm acesso à água potável, à terra, ao trabalho, à habitação... que são condições mínimas para serem reconhecidos como pessoas... Há grupos sociais que estão excluídos da saúde por falta de pessoal médico, centros de saúde ou medicamentos. Outros (ou os mesmos) estão excluídos da produção pois que não contam com estrada para escoar os produtos da machamba. Ainda há muitas pessoas excluídas de uma educação de qualidade pela falta de infra-estruturas e/ou de pessoal capacitado para isso.

Essa pobreza social é a que a Organização das Nações Unidas (ONU) toma em conta quando a cada ano elabora o seu relatório de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a partir de três variáveis: educação (acesso e permanência na educação formal), saúde (mortalidade materno-infantil) e produção (renda *per capita*). Mas, como vemos, este tipo de pobreza é unicamente uma face dela. Podemos pensar em povos que têm todas as infra-estruturas necessárias, longevidade de vida, muita produção alimentar e tecnológica bem como muito dinheiro, mas mesmo assim sem valores morais, sem sentido para a sua vida ou sem liberdades individuais e/ou sociais.

2. POBREZA SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

No último relatório de Desenvolvimento Humano apresentado pela ONU, Moçambique está no 181º lugar numa lista de 188 países avaliados. Por outras palavras, Moçambique situa-se entre os 8 países mais pobres do mundo com uma pontuação de 0.418 sobre 1. Apesar de que economicamente o País está a crescer, é dizer, cada vez parece que tem maior produção, socialmente estamos a descer. Quer dizer, não diminuimos na taxa de mortalidade materno-infantil, nem nos índices de acesso à educação. Como exemplo podemos anotar que em Moçambique o rácio médico habitante é de 1 médico por 22.000 habitantes. A OMS (Organização Mundial da Saúde) recomenda máximo 1 médico por 10.000 habitantes)¹¹. Isto significa que não temos profissionais suficientes para atender a saúde de toda a população. Isto significa exclusão. O mesmo acontece com o rácio professor- aluno (61 alunos-1 Professor). A nível mundial não há uma recomendação sobre o rácio estudante – professor, mas podemos ver que em salas de aulas com 60 estudantes, pouco pode-se aproveitar.

Trata-se de números, mas depois deveríamos falar da preparação profissional desse pequeno número de profissionais e da qualidade de

atendimento. A pobreza social é um conjunto de circunstâncias que levam a uma grande maioria dos cidadãos moçambicanos a serem e sentirem-se excluídos dos benefícios sociais aos quais têm direito.

Estamos num País onde a maioria está excluída dos serviços públicos mínimos. Sem falar do acesso à justiça, saneamento do meio ambiente e da população prisional. O estado das nossas cadeias, superlotadas e sem condições mínimas higiénicas, fazem com que os reclusos, onde não existe pena capital, possam ser, mesmo assim, condenados à morte por causa das doenças contraídas na cela de prisão.

VI. POBREZA E MEIO AMBIENTE

1. POBREZA AMBIENTAL: A CRISE DA NOSSA CASA

Não podemos deixar de falar da pobreza ambiental, fenómeno que se manifesta como crise da nossa casa comum, e as relações que estabelecemos com o meio onde vivemos: homens e mulheres, animais e plantas. Nosso futuro depende disto e falta-nos muita consciência. Mas o que é ambiente?

Inicialmente, *ambiente* é tudo o que nos rodeia, o espaço onde todos nós estamos, e inclui o espaço físico, psicológico, cultural, espaço dos nossos sonhos e realizações, enfim a síntese entre o espaço natural e o espaço criado pelos seres humanos. Numa visão sistémica, o ambiente é um sistema dinâmico, composto por um conjunto interactuante de elementos naturais, sociais e culturais num momento e num lugar determinados, assim como pelos resultados das interações entre todos estes elementos (Touffet, 1982, & Silliamy, 1980, citados por Oliveira, s. a.). Mas hoje há uma constatação de que este ambiente não está saudável. Há uma tomada de consciência de que as alterações climáticas pelas quais estamos a passar são causadas pela acção do ser humano. Por isso, isto exige de nós uma tomada de posição.

No primeiro capítulo da *Laudato Si* (nn. 17-61), o Papa Francisco elenca os principais problemas ambientais do nosso tempo como busca de resposta à pergunta: o que está a acontecer à nossa casa. O Papa traz-nos à consciência o facto de que não estamos a cuidar bem do nosso ambiente, da nossa casa. Mas é preciso notar que nesta parte o Papa mostra apenas o que está a acontecer: poluição e mudanças climáticas, a questão da água, perda da biodiversidade, deterioração da qualidade de vida humana e degradação social, desigualdade planetária, a fraqueza das reacções e a diversidade de opiniões. O Papa reflecte sobre a raiz desses problemas ambientais no seu capítulo terceiro (nn.101-136). Ele mostra que o coração humano, dilacerado pelo pecado (poder das tecnologias, individualismo, globalização, etc.), é a raiz de toda esta problemática. Por isso, se queremos resolver os problemas ambientais, temos que recuperar o sentido genuíno da dignidade humana. Mas como é que estes problemas se manifestam no nosso país?

2. POBREZA AMBIENTAL EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, os problemas ambientais principais são os seguintes: queimadas descontroladas, erosão, desflorestação, saneamento do meio, a poluição das águas e do ar, desordenamento territorial, etc. Tudo isto leva a alterações climáticas imprevisíveis que concorrem para a alteração do ecossistema e da biodiversidade. Tais problemas são agravados pelo seguinte: as terras moçambicanas foram descobertas como fontes de riqueza para as grandes potências mundiais actuais. E estas vêm explorar tais riquezas sem piedade. Na sua Carta Pastoral para o ano 2013-2014, Dom Inácio Saure, na altura, Bispo de Tete, constatando a injustiça cometida aos pobres de Tete, dizia que é preciso lembrar àqueles que se esquecem disso, aos governos, aos empresários, às associações, a todos os grupos, a todos os indivíduos que os bens da terra foram criados para todos os homens (*Carta Pastoral*, n.7). Portanto

é uma referência directa ao princípio do *destino universal dos bens* da Doutrina Social da Igreja.

De acordo com o MICOA (2009), as consequências de todos estes problemas ambientais no nosso país são, entre outras, as seguintes:

- a) Destruição de infra-estruturas;
- b) Empobrecimento dos solos;
- c) Alteração de cursos de água e redução da disponibilidade da água;
- d) Assoreamento dos solos;
- e) Alteração morfológica da superfície terrestre.

Todos estes danos têm custos elevados para a sua recuperação. Em várias partes de Moçambique, estes problemas tem ocorrido. Por isso, os Bispos de Moçambique perguntam: De onde nasce a ausência de água potável em meios rurais e citadinos? Qual é a origem de novas doenças respiratórias e cardíacas? Qual a relação entre a destruição das florestas e as alterações climáticas? Qual a relação entre a escassez de água e a subida do preço dos alimentos? Qual a ligação entre a qualidade de vida nas cidades, o tipo de construção e ordenamento das casas, a organização do trânsito e a existência de zonas verdes? Qual a ligação entre o usufruto da terra, megaprojectos e combate à pobreza absoluta? Qual o vínculo entre a diversidade da natureza e a descoberta de novos medicamentos? (n. 16).

Todas estas questões levam-nos necessariamente a pensar no modo como nós estamos a cuidar do nosso ambiente, especificamente de Moçambique. Eis alguns exemplos mais concretos:

- a) O problema de desflorestação (incluindo a destruição de mangais), para além de outras partes, acontece com acentuada gravidade nas províncias de Sofala, Tete, Zambézia, Cabo Delgado, Inhambane;
- b) O problema de queimadas descontroladas um pouco em todas as províncias devido à necessidade de venda de carvão vegetal,

limpeza de campos agrícolas, caça aos animais de pequeno porte, etc., causando o empobrecimento dos solos;

- c) O problema de poluição das águas devido ao uso de substâncias tóxicas pelas grandes empresas (areias pesadas de Moma, em Nampula, em jeito de exemplo), e pela mineração artesanal, principalmente em Manica, Cabo Delgado e Niassa.

Com estes exemplos, fica claro que para um país como Moçambique a pobreza acentua-se quando ignoramos estes factores porque parte da renda dos cidadãos que deveria ser empregue para outros fins é aplicada para recuperação de ambientes destruídos que deveriam ser facilmente evitados em caso de consciência cidadã plena sobre os assuntos ambientais. Por isso, Dom Inácio, dirigindo-se a todos nós, insiste na sua carta: é preciso assumir a responsabilidade que nos cabe para que a ninguém falte o necessário para viver (cf. *Carta Pastoral*, nn.9-14).

VII. JESUS E OS POBRES

1. E PORQUE JESUS DIZ “FELIZES OS POBRES”?

O ideal do povo de Deus, povo da Aliança é uma sociedade justa e fraterna. Numa tal sociedade de irmãos, de escravos libertos, não poderia haver desigualdades sociais nem escravos. Por isso, cada sete anos e, depois, cada 50 anos, havia uma reforma agrária e uma declaração de liberdade de todas as pessoas, terras e animais. As pessoas que tinham sido obrigadas a se vender ou vender ou mesmo os filhos para pagar dívidas, recuperavam todas as suas propriedades; aquilo que precisavam para viver dignamente, como irmãos. É o que se conhece como o ano sabático (de sete em sete anos) e o Ano Jubilar (de 50 em 50 anos).

O livro do Deuterónimo marca muito bem o ideal ao qual está chamado por Deus o povo da Aliança e a realidade e como agir nessa realidade. Vejamos: (Dt 15, 4.7.11):

“Certamente não deveria haver entre ti pobre algum; pois o SENHOR abundantemente te abençoará na terra que o SENHOR teu Deus te dará por herança, para possuí-la.

Quando entre ti houver algum pobre, de teus irmãos, em alguma das tuas portas, na terra que o SENHOR teu Deus te dá, não endurecerás o teu coração, nem fecharás a tua mão a teu irmão que for pobre;

Pois nunca deixará de haver pobre na terra; pelo que te ordeno, dizendo: Livrementemente abrirás a tua mão para o teu irmão, para o teu necessitado, e para o teu pobre na tua terra”.

Este mesmo ideal está presente na primeira comunidade cristã conforme nos indica Lucas no livro do Actos dos Apóstolos (At 2, 44-45; 4, 34-37):

“Entre eles não havia nenhum necessitado, pois todos os que possuíam terras ou casas vendiam-nas, traziam o produto da venda e depositavam-no aos pés dos Apóstolos. Distribuía-se, então, a cada um conforme a necessidade que tivesse.”

Sabemos que é ideal porque pouco depois o mesmo livro nos fala de alguém que quis enganar e que as viúvas eram injustiçadas (At 5, 1-11; 6, 1-4). Pero sempre fica como ideal ao qual devemos todos tender: uma comunidade de irmãs e irmãos em Cristo onde não há necessitados porque há partilha.

Na Bíblia, o contrário à pobreza não é a riqueza, mas o orgulho, a soberbia e o apego ao dinheiro. Como dizia Paulo ao Timóteo: *“o amor ao dinheiro é raiz de todos os males”* (1Tim 6, 10). É este colocar o dinheiro em lugar de Deus que os profetas denunciam como idolatria (Is 1, 11-17; Jer 34, 8-17; Am 2, 6; Mi 2, 1-2; Hab 2, 6-12; Mal 3, 5) e pelo que Jesus comentou aos seus discípulos que é mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino de Deus (Mc 10, 25). É que *“ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há-de*

odiar a um e amar o outro, ou há de dedicar-se a um e desprezar o outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas” (Mt 6, 24).

É assim, que Paulo coloca sempre de modelo a Cristo Jesus, o qual, sendo rico, por amor a nós se fez pobre para nos enriquecer com a sua pobreza (2Cor 8, 9). É dizer, a pobreza de Jesus não é uma pobreza que desumaniza, que mata, mas é uma pobreza que enriquece. Qual é essa riqueza que nos vem da pobreza de Jesus?

Jesus, filho de Maria, faz parte do “pequeno resto de Israel”, os “anawim” em hebreu. Quem eram os “anawim”?

No ano 586 antes de Jesus Cristo, o povo de Israel foi invadido pelo exército de Babilónia y os principais da população (rei, ministros, guerreiros e uma grande parte da população) foram levados obrigatoriamente a Babilónia. Ai viveram uma grande crise pois que ficaram sem terra, própria, sem a Lei do povo, sem o rei que lhes guiava e, o pior de tudo, sem o Templo onde Deus estava presente. No início viveram mal, lembrando-se da sua terra, das suas leis, do seu Templo... mas pouco a pouco, a maioria deles estabeleceram-se na nova terra, organizaram a sua vida e negócios, casaram mulheres de lá, começaram a adorar os deuses de aquela terra... Desses não sabemos mais nada.

Um pequeno grupo resistiu. Manteve-se fiel à fé dos seus pais. Retomaram as Escrituras e fizeram um grande exame de consciência para ver em que eles tinham falhado ao Deus da Promessa... reconheceram o seu pecado... e não aceitaram dar culto a outros deuses:

“Junto aos rios de Babilônia, ali nos assentamos e nos pusemos a chorar, recordando-nos de Sião. Nos salgueiros que há no meio dela penduramos as nossas harpas, pois ali aqueles que nos levaram cativos nos pediam canções; e os que nos atormentavam, que os

alegrássemos, dizendo: Cantai-nos um dos cânticos de Sião. Mas como entoaremos o cântico do Senhor em terra estrangeira? Se eu me esquecer de ti, ó Jerusalém, esqueça-se a minha destra da sua destreza. Apegue-se-me a língua ao céu-da-boca, se não me lembrar de ti, se eu não preferir Jerusalém à minha maior alegria” (Sal 137).

Mais tarde, no ano 538, quase 50 anos depois, Babilônia foi invadida pelo rei de Pérsia (hoje é Irão) que, percebendo que havia em Babilônia um povo de outra raça e religião, deu-lhes a liberdade de voltar à terra deles, reconstruir o seu Templo e viver conforme às próprias crenças. Mas... quem voltou? Somente aqueles que tinham-se mantido fiéis ao Deus da Aliança; aquele pequeno resto de Israel é quem voltou para Israel e recomeçou a história. É por eles que a história do povo de Israel não acabou. Deles nasceram José e Maria, deles nasceu Jesus.

Anawim, os “pobres de Yahveh”, os pobres “de espírito” não se definem assim pela falta de dinheiro, mas pela confiança absoluta no Deus dos seus pais. Os anawim são aqueles que disseram um não consciente e decidido às fascinações do mundo e não aceitaram definir a sua vida, a sua história e o seu futuro senão em relação a Yahveh, Deus, o Reino. “Eu deixarei no meio de ti um povo humilde e pobre; e eles confiarão no nome do Senhor” diz o Senhor ao Profeta Sofonias (Sof 3, 12).

É o que o Papa Francisco lembra na sua mensagem para o dia mundial do pobre celebrado no XXXIII Domingo do Tempo Comum:

“Pobreza significa um coração humilde, que sabe acolher a sua condição de criatura limitada e pecadora, vencendo a tentação de onnipotência que cria em nós a ilusão de ser imortal. A pobreza é uma atitude do coração que impede de conceber como objetivo de vida e condição para a felicidade o dinheiro, a carreira e o luxo. Mais, é a pobreza que cria as condições para assumir livremente as responsabilidades pessoais e sociais, não obstante as próprias limitações, confiando na proximidade de Deus e vivendo apoiados pela sua graça. Assim entendida, a pobreza é o metro que permite avaliar o uso correto dos bens materiais e também viver de modo

não egoísta nem possessivo os laços e os afetos (cf. Catecismo da Igreja Católica, n. 25-45)¹².

2. A OPÇÃO PELOS POBRES

O Deus de Abraão, de Isaac e de Jacob, o Deus de Jesus, o Deus encarnado e revelado em Jesus é o Deus do reino. Onde Deus reina há fraternidade, equidade, justiça, perdão, inclusão, amor. O reino de Deus é, frequentemente, apresentado por Jesus como um banquete, uma grande festa, onde todos podem comer à vontade e há uma grande alegria. Aí onde reina Deus não há exploração do homem pelo homem, abuso de poder, corrupção, exclusão nem extermínio das pessoas pois que todas se consideram irmãs, filhas do mesmo Pai.

No código de leis que Deus entregou a Moisés como sinal da aliança entre Deus e o povo, existiam leis (ano sabático e ano jubilar) que tinham como objectivo eliminar as diferenças produzidas ao longo dos anos e voltar à equidade original. Mas também para o comportamento quotidiano:

“Se emprestares dinheiro a alguém do meu povo, ao indigente que está contigo, não serás para ele como um usuário: não lhe imporás juros. Se penhorares o manto do teu próximo, devolver-lho-ás até ao pôr-do-sol, porque a capa é tudo o que ele tem para cobrir a pele. Com que ele se deitaria? E se vier a clamar a mim, ouvi-lo-ei, porque Eu sou misericordioso” (Ex 22, 24-26).

O certo é que no tempo da monarquia foi difícil fazer cumprir ditas leis e os profetas denunciam a injustiça dos poderosos. Mas não por esquecidas deixam de ser menos válidas para o povo que quer ter Deus como Senhor.

Quando na Bíblia aparecem pessoas injustiçadas, empobrecidas por outros, consequência do pecado da idolatria (adorar os ídolos do dinheiro, do poder...), Deus toma partido pelos mais vulneráveis e se

identifica com eles. Desde as primeiras páginas da Bíblia encontramos o drama de Caim e Abel. Deus olha com benevolência a oferenda do irmão menor. O irmão maior não suporta esta bondade de Deus e mata o irmão. “Onde está o teu irmão Abel? A voz do sangue do teu irmão clama da terra até mim” (Gn 4, 9-10). Esta mesma pergunta continua a fazer o Senhor a todos os crentes ao longo da história: “Onde está o teu irmão?”.

No AT havia três grupos vulneráveis. É dizer, propensos a serem abusados, esquecidos, injustiçados: eram os órfãos, as viúvas e os estrangeiros. E ao longo de todo o AT Deus se identifica com a causa destes “pobres”(cfr. Lev 19, 33; Dt 10, 17-19; 24, 17-18; 27, 19; Sl 94 (93); 146 (145); Is 1, 17; Sir 4, 1-10).

“Não usarás de violência contra o estrangeiro residente nem o oprimirás, porque foste estrangeiro residente na terra do Egito. Não maltratarás nenhuma viúva nem nenhum órfão. Se tu o maltratares, e se ele clamar a mim, hei-de ouvir o seu clamor; a minha ira inflamar-se-á, e matar-vos-ei à espada, e as vossas mulheres ficarão viúvas, e os vossos filhos ficarão órfãos”. (Ex 22, 20-23)

Mas é sobre tudo em Jesus nosso Senhor em quem vemos como Deus se identifica com os empobrecidos: “Sempre que deixastes de fazer isto a um destes pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer” (Mt 25, 45).

Filhos de Deus, estamos habitados pela graça de Deus que nos impulsiona a procurar a comunhão com os outros, a sociabilidade e inclusão de todos como irmãos. Mas por causa do mau uso da nossa liberdade estamos, também, habitados pelo pecado. O desejo desenfreado de poder, lucro, ganância, provocam entre nós, irmãos e irmãs, filhos e filhas do mesmo Pai, os problemas dos quais temos falado anteriormente (pobreza económica, política, social, ambiental...). É importante, como cristão, fazer nossa a causa das pessoas vulneráveis, a causa dos pobres, dos empobrecidos e, desde uma atitude de “pobres de Yahveh”, com a teimosia de que tem Jesus Cristo como único Senhor, combater a

desigualdade e exclusão social, política, económica, ambiental... para podermos crescer e desenvolver de maneira integral e integrada; como pessoas e como povos; como cidadãos e como cristãos.

No podemos professar a nossa fé cristã se não trabalhamos seriamente na construção duma sociedade mais humana, mais fraterna e mais justa.

3. POBREZA ESPIRITUAL

“Bem-aventurados os Pobres de Espírito porque deles e o Reino de Deus...”.

Queremos terminar esta nossa reflexão sobre a pobreza, constatando que a causa de todos os males é a pobreza espiritual; a ausência de Deus; pôr a Deus fora de nossa história, de nosso caminhar de cada dia, dos nossos encontros, dos nossos trabalhos e projectos de vida; colocar a Deus fora de nossas políticas económicas, programas de educação, projetos de nação, e basear-lhos só num desenvolvimento de consumo e produção.

Ao início da nossa reflexão dizemos que pobreza é carência, ausência, ou mesmo não ter nada. Assim, as pessoas, as instituições, que não têm uma relação espiritual com Deus, (qualquer que seja sua denominação) está carente de uma ‘Espiritualidade’. Entendemos por espiritualidade essa relação filial com Deus. Esta relação filial com Deus vai tornar-lhe “Pobre de espírito, e membro do Reino de Deus” que é um “Reino de Justiça e de Paz”, não de uma justiça e de uma paz, como a dá o mundo, mais a Justiça e a Paz como a dá Deus. “A Paz esteja convosco”.

É um escândalo, pedir a bênção sobre armas, orar antes de iniciar um combate, uma Guerra. Pessoas que se imolam, que se sacrificam em nome de Deus tirando a vida de outros irmãos e irmãs inocentes. Este

Deus não é o Pai de Jesus. É uma ofensa ao Deus do Amor e de Misericórdia, ver irmãos cristãos, que por falta de essa espiritualidade, essa relação com Deus calam e são cúmplices nas políticas que favorecem aos mais ricos e fazem dos pobres cada vez mais pobres. É escandaloso ver irmãos nossos na fé, batizados, católicos que cada Domingo estão na Missa comungando, ocupando lugares principais, e até exercendo algum ministério, mas são incapazes de se pronunciar profeticamente nos corredores do poder e decisão em favor dos mais pobres.

Estas pessoas não são pobres de espírito, mas pobres de uma espiritualidade, carentes, de uma verdadeira relação com Deus, onde a sua fé lhes permita contemplar os rostos sofredores de Cristo Crucificado: os rostos sofredores de Cristo Crucificado, condenados injustamente, a pagar dívidas que nunca contraíram, a viver em condições de miséria, em situações não de pobreza mas de situações inumanas. Estes rostos que encontramos cada dia, na rua, nos mercados a “roubar” para comer e levar a casa algo, os que roubam celulares e se organizam para roubar. Os Doentes de HIV que têm que percorrer distâncias longas para adquirir um medicamento que vai prolongar a vida sem qualidade, rostos de crianças sem pais, porque as meninas menores de idade foram enganadas por qualquer coisa, e assim os rostos de Cristo tem rosto desfigurado, histórias truncadas.

Não podemos continuar a proclamar a nossa Fé dizendo que acreditamos num Deus Pai que ama seus filhos se não nos consideramos irmãos e irmãs de um mesmo Pai. Não podemos continuar a dizer que acreditamos em um Deus Filho, se não podemos olhar-nos como irmãos, irmãs que tomam conta, que cuidam uns dos outros, dois mais pequenos, dois mais vulneráveis; se não somos capazes de os proteger dos agressores. Não podemos continuar a dizer que acredito no Deus Espírito que anima, fortalece encoraja, dá vida, se esse mesmo Espírito não nos anima a construir um mundo justo de relações saudáveis com os

irmãos e com o mundo que Deus nos deu, nesta casa comum onde todos vivemos como família, filhos e filhas de um meus Pai-mãe.

Não podemos dizer que acreditamos na Igreja, na comunidade, na família, que se reúne para partilhar, para que ninguém passe necessidade, para que todos tenha vida digna, se vivemos para cumular, para aproveitar da fraqueza dos irmãos mais vulneráveis, se não somos solidários nem vivemos a comunhão.

PARA REFLECTIR E PLANIFICAR UM TRABALHO PASTORAL

O termo pobreza manifesta-se de múltiplas formas, mas essencialmente por falta de condições sociais, económicas, políticas, psicológicas, morais e sobretudo espirituais. Ora o presente documento foca como estes tipos de pobreza se manifestam no nosso País. Portanto é de extrema importância levar em consideração este tema nos planos pastorais das comissões sociais, orientando-se nos seguintes aspectos:

- a. Colocar a questão da pobreza como uma das prioridades pastorais,
- b. Definir actividades concretas (palestras, semanas sociais, retiros, catequeses, debates, momentos de reflexão) em torno da problemática da pobreza, sobre tudo aquela ligada à espiritualidade,
- c. Como despertar nos fiéis a consciência sobre a reflexão da pobreza nas suas diferentes formas? O que fazer para que cada membro assuma a responsabilidade individual e colectiva do respeito pelo outro e pelo bem comum?
- d. Qual deve ser o perfil da pastoral social capaz de responder os desafios da pobreza, no ambiente urbano e rural? Que estratégia adoptar para cada ambiente?
- e. Organizar uma rede solidária e fazer acontecer nas comunidades juntamente com as ONGs e OSC,

- f. Ter maior preocupação com a vida das pessoas em seu contexto real: social, religioso e moral,
- g. Organizar em cada paróquia o dia mundial do pobre, estabelecido pelo Papa Francisco para o XXXIII Domingo do tempo Comum de cada ano,
- h. Fortalecer a evangelização das nossas lideranças, assim como os gestores das empresas multinacionais, sobre o tema da pobreza.

Questões de reflexão

Após a proposta de modelo de plano de acção, de seguida serão apresentadas algumas questões que possam ajudar nas nossas reflexões. Pensemos o seguinte:

- ✓ Quais os tipos de pobreza que se manifestam nas nossas comunidades? O que fazer para sua minimização?
- ✓ Como pode-se criar mecanismo nas comunidades de modo a minimizar a problemática da pobreza nas nossas comunidades?
- ✓ Como podemos evangelizar os detentores de poderes, para que possam ajudar os mais próximos?
- ✓ Quais são os verdadeiros pobres?
- ✓ Como é que as comissões sociais trabalham torno do tema da pobreza?

NOTAS

¹ Cf. <https://economianostra.wordpress.com/2014/03/06/oikonomia/> Acesso no 14 de Abril de 2018

² Cf. <https://www.significados.com.br/economia/> Acesso no 14 de Abril de 2018

³Cf. CDSI 171-184

⁴Cf. CDSI 177

⁵Cf. República de Moçambique, Ministério de Economia e finanças,

⁶ Oração de Dom Ernesto Maguengue, bispo de Pemba, 25 de Setembro de 2012

⁷ Cf. Mark Lundell, Director do Banco Mundial em Moçambique. (Apresentação do Relatório de 2016)

⁸ Cf. <https://www.significados.com.br/politica/> Acesso no 14 de Abril de 2018

⁹Cf. CDSI 189-191

¹⁰República de Moçambique (2004). Constituição da República. Maputo

¹¹ Cf. <http://pt.rfi.fr/africa/20140827-mocambique-tem-1-medico-para-22-mil-habitantes> Acesso no 14 de Abril de 2018

BIBLIOGRAFIA

Caldeira, A. (2016). Expectativa de vida em Moçambique aumentou para 57,6 anos de idade, ainda longe da média global de 71,4 anos. *Jornal a Verdade*.

Chichava, S. (2009). *Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique*. Ideias, Maputo: IESE.

Cortina, A. (1986). *Ética mínima*. Madrid: Tecnos.

Feijó, J. (2018). *Pobreza, diferenciação social e (des)alianças políticas no meio rural*. Maputo: OMR.

Francisco, (2015). *Laudato Si'*. Encíclica sobre o cuidado da casa comum. Roma: Libreria Editrice Vaticana.

Fracisco, (2017). *Não amemos com palavras, mas com obras*. Mensagem para o I Dia Mundial dos Pobres. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.

Francisco, (2018). *Gaudete et Exsultate*. Exortação Apostólica sobre a chamada à santidade no mundo actual. Roma: Roma: Libreria Editrice Vaticana.

Governo de Moçambique. (2001 a 2010). PARPA I e PARPA II (Plano de alívio e redução pobreza absoluta). Maputo.

IESE. (2010). *Pobreza, Desigualdades e Vulnerabilidades em Moçambique*. Maputo: IESE.

IESE. (2012). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE.

Lundell, M. (2016). *Apresentação do Relatório do Banco Mundial de 2016*. PDF.

Machava, J. R. (2007). *Situação da pobreza em Moçambique: Diferenciações regionais e principais desafios*.

Maguengue, E. (2012). *Oração na Praça dos Heróis, exaltando a vida e obra de Samora Machel*, 25 de Setembro de 2012... Manuscrito.

Nuno Castel Branco, C. (2011). *Moçambique no índice de desenvolvimento humano*. *Comentários*. Ideias. Maputo: IESE.

Oliveira, T. C. de (s. a.). *Introdução à educação ambiental: conceitos e correntes*. PDF.

PNUD. (10 de Janeiro de 2016). *Classificação da Estatística IDH-Índice de Desenvolvimento Humano*.

Pontifício Conselho de Justiça e Paz (2004). *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Vaticana: Roma.

República de Moçambique, Ministério de Economia e Finanças (2015). *Brochura sobre Indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Maputo.

República de Moçambique (2004). *Constituição da República*. Maputo.

Romão, M. (1982). Considerações sobre o conceito de pobreza. *Revista brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 36 (4): 355-370.

Saure, I. (2013). *Deus multiplica o pão. A nós a tarefa de o distribuir por todos*. Carta Pastoral. Tete.

Sen, A. (1982). *Choice, Welfare and Measurement*. Oxford: Blackwell.

<https://imissio.wordpress.com/2013/03/17/economia-do-bem-comum-modelo-alternativo/> Acesso no 14 de Abril de 2018.

<https://economianostra.wordpress.com/2014/03/06/oikonomia/> Acesso no 14 de Abril de 2018.

<https://www.significados.com.br/economia/> Acesso no 14 de Abril de 2018.

<https://www.significados.com.br/politica/> Acesso no 14 de Abril de 2018.

<http://pt.rfi.fr/africa/20140827-mocambique-tem-1-medico-para-22-mil-habitantes> Acesso no 14 de Abril de 2018.
